



ENTREVISTA

FREI XAVIER PLASSAT: história de vida e combate ao trabalho escravo contemporâneo

Miguel Pacifico Filho¹
Thelma Pontes Borges²

“[...] Uma incorporação secular de uma visão racista, oligárquica, de um Brasil que tem duas categorias de humanos, uma que são humanos e outra que não são, e podem ser tratados como animais” (PLASSAT, 2018).

“[...] A própria reforma trabalhista e a reforma da terceirização, e a reforma do teto das despesas sociais: elas são uma calamidade, porque, do ponto de vista da qualificação das condições de trabalho, consistem em dizer que doravante voltam a ser legais situações de trabalho que, até agora, considerávamos como degradantes e, portanto, definidoras da situação de trabalho escravo [...].” (PLASSAT, 2018).

Quando nos mudamos para a Araguaína, cidade localizada na região norte do estado do Tocantins e distante 388 km da capital, Palmas, há quase uma década, para trabalharmos como professores da Universidade Federal do Tocantins soubemos que o Frei residia e atuava na região há mais de vinte anos. Soubemos também de sua participação no movimento de maio de 68 e que também há quinze anos havia sido ameaçado de morte por grupos denunciados pela prática de trabalho escravo na região. Desde então acompanhamos o percurso, as lutas e as causas pelas quais se empenham o Frei e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaia/TO.

Fomos recebidos por Xavier em pleno inverno amazônico, muito chuvoso e úmido, no princípio da tarde do dia 16 de fevereiro de 2018, no escritório da CPT, com o mesmo entusiasmo, simplicidade e perspicácia que já havíamos observado em outras situações. Nessa ocasião realizamos a entrevista, gravada e reproduzida abaixo. O Frei havia recém chegado da Europa, de onde trouxe as cinzas de Frei Henri des Roziers, também atuante junto ao povo do campo do norte do país, e se dedicava à escrita de um livro com a biografia de Frei Henri.

¹ Doutor em História. Universidade Estadual Paulista/Assis. Professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: miguilim@uft.edu.br.

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br.



Xavier Plassat é frade dominicano e coordena, pela CPT, a campanha nacional da entidade para a erradicação do trabalho escravo contemporâneo. No ano de 2008, juntamente com a ONG Repórter Brasil recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos. Tão relevante quanto a campanha de erradicação do trabalho escravo é a possibilidade de acompanhar a apresentação do Frei Xavier Plassat feita por ele mesmo.

Tínhamos a princípio um roteiro estabelecido para a entrevista, contudo o conhecimento e a narrativa articulada de Xavier sobre as mazelas do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil nos fizeram desconsiderar as perguntas que havíamos previamente preparado e nos permitimos simplesmente ouvi-lo. Optamos por preservar a dinâmica espontânea que ocorreu durante a entrevista; possibilitando ao leitor constatar a leveza do tom adotado pelo Frei, permeada pela dureza do tema. Retiramos quando possível nossas intervenções da transcrição, mantivemos prioritariamente a produção discursiva do entrevistado. Cabe ressaltar que nem todas as falas estão na sequência, optamos por agrupá-las por temática. Para esclarecer aos leitores, os trechos colocados entre aspas são resultado de momentos em que o Frei fala como se fosse outra pessoa: o trabalhador, o patrão, o gato ou a dona de pensão.

1 Vinda para o Brasil

Bom, meu nome é Xavier Plassat, eu sou francês, eu migrei para o Brasil em 1989 e eu estou na CPT desde então aqui no Tocantins, sempre trabalhando no norte do Tocantins, um tempo no Bico do Papagaio até 1997 e de 1998 pra cá em Araguaína e região. Por último, 5 anos atrás eu me mudei para o interior, Aragominas [Xavier brinca com o fato de Aragominas ser uma cidade da “grande Araguaína”], eu me juntei com outros dois Dominicanos e nós herdamos uma Paróquia rural que vai até o Rio Araguaia. E deste dia em diante eu fiz as minhas primeiras aulas de serviço paroquial, um serviço que eu nunca havia tido na minha vida, não é, pois eu não sou padre, não sou sacerdote, sou simples frade. Enfim, na CPT eu vim primeiro pra trabalhar primeiro na minha qualificação profissional, entre aspas de economista.



Na França eu trabalhei quinze anos como auditor financeiro pra Comissões de Fábrica, operários. Era uma auditoria financeira bem militante, do ponto de vista do sindicalista operário, operário sindicalista, alimentar a pauta reivindicativa dos trabalhadores nas fábricas. Aí, quando vim pensava em aproveitar mais essa vertente minha, porque 89 foi o início da Nova República, os assentamentos florescem, depois desses anos de nenhuma reforma agrária e aí, brutalmente de uma certa maneira, os agricultores, ex-posseiros no caso do Bico do Papagaio é típico, eles estavam na terra deles e foram despejados, depois são devolvidos às suas terras na condição de assentados.

A diferença entre uma situação e outra é que antes eles tinham acesso a uma terra ilimitada e podiam praticar um sistema de derruba e queima sucessivamente em áreas novas a cada ano e, de repente, dizem [lhes]: *não você só tem 8 hectares, 8 alqueires*, e é aí que você tem que trabalhar agora pro resto da vida, então será que o sistema agrícola, sistema de produção continua válido pra essa situação? Então era uma série de desafios, as mulheres também que viviam da quebra de coco, bom, mas agora apareceu a possibilidade de extrair óleo de babaçu, fazer sabão, vender, gerar uma renda, mas tem uma inflação galopante ao mesmo tempo. Como administrar isso? Então, montamos a contabilidade, como gerenciar um estoque, uma fábrica, o transporte, um frete. Enfim, tudo isso era campo aberto, coisas que eu poderia contribuir. Então, foi isso o meu trabalho inicial.

Conheci a região não foi no mapa não. A história é feita de coincidências, não é? A gente não escolhe muito. E aí, no meu caso, olha só, eu nasci em 1950, portanto, se você calcula um pouco, em 1968 eu tinha 18 anos, idade maravilhosa, 68, revolução estudantil. Aí o que é que eu fiz em 68? Eu estava no meu primeiro ano de universidade. Lá na universidade na França, [o ano] começa em setembro/outubro e vai até julho do outro ano, 67/68 meu primeiro ano. Então maio de 68 estava a um mês das provas, praticamente. Revolução, participo da Revolução, de braços abertos, eu vinha de uma base anterior, vamos dizer, de, quando eu era no colégio, eu militava na Juventude Estudantil Cristã (JEC), movimento de ação católica, que me preparou bastante para enxergar o mundo com uma certa dimensão política e internacional, global.



Bom, aí, no meu quartinho de estudante em Paris, miserável, paupérrimo, eu tinha um... como é que a gente fala, cartaz? Dependurado o rosto de um militante político brasileiro que comprei numa feira latino-americana. Sabe quem era? Carlos Marighella. Dormi com Carlos Marighella por quatro anos. (risos de todos). Ora, em 68, 69 foi um ano em que os Dominicanos aqui em São Paulo foram presos, no caso Marighella. Na operação do DOPS, Fleury, prenderam 5, 6, 7 Dominicanos, entre eles Betto, Tito, Ivo, Sérgio e Fernando. Então, eu lembro desses nomes.

Tito era um menino que tinha feito a JEC como eu fiz, que era o menino mais frágil do conjunto, menos político, ele foi a presa escolhida pra ser torturado mais barbaramente. Porque dele que se esperava mais informações, além do mais ele tinha sido fichado porque em 68 com o Congresso proibido da UNE em Ibiúna, ela tinha sido um dos organizadores da logística. Torturado, tentou suicídio na prisão, conseguiu passar pro exterior um relato da tortura, o caso dele virou manchete em revista europeia e americana, de forma que, quando foi sequestrado o embaixador da Suíça, acho que em 70, foi exigido em troca da vida do embaixador a libertação de 70 presos. [Sendo um destes], Tito foi expulso imediatamente, banido, levado de Santiago a Roma, de Roma a Paris e, em Paris, foi acolhido pelos Dominicanos. Nunca se recuperava, vivia um tormento constante, via informantes do regime militar em todo local, se achava perseguido, tinha visões, de forma que ele foi transferido para uma comunidade mais tranquila, mais familiar, mais rural, onde eu morava nesse momento, no sul da França.

Eu já tinha terminado, pois terminei meus estudos em 71, entrei nos Dominicanos em final de 71 e, depois, fui fazer meus estudos na região de Lyon. Eu estava naquele convento e chega o Tito, naquele estado completamente... de aparência meio louca, vivendo tormento, fazendo fuga, delirando... E nós nos tornamos amigos, que eu tinha um apego, vamos dizer, à questão latino-americana, tinha me interessado, já na JEC, pela experiência das CEBs, Teologia da Libertação, pensando: eles estão antecipando o que o Concílio já está oferecendo, o Concílio Vaticano II, então eu enxergava com muito entusiasmo essa experiência. Aí eu vivi com ele 15 ou 16 meses e, um dia ele pega uma corda e se enforca, e era perto do nosso convento. Foi um choque fortíssimo pra mim e eu resolvi cultuar a memória dele e escrevi um livro na época com todos os escritos que encontrei dele.



E tudo que se apresentasse de oportunidade pra lá, [como] a vinda, em visita oficial, do Geisel na França em 76 foi ocasião de nós fazermos uma denúncia brutal da tortura no Brasil e quem foi a figura de proa dessa denúncia foi o Tito. De forma que, quando nove anos depois - que a morte dele foi em 74, agosto - nove anos depois, quando o regime militar começou a dar sinal de queda próxima, a Igreja de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, a Ordem Dominicana no Brasil, a família de Tito que é de Fortaleza, se colocaram de acordo em dizer: nós queremos o corpo de Tito aqui, que aqui que tem que ser sepultado: é um símbolo do Brasil que retoma a democracia. Aí eu fui escolhido para organizar a vinda do corpo do Frei Tito, então foi o primeiro Dominicano que eu trouxe nas costas, em março de 1983.

Nessa época, olha só como a História se faz, o Frei Henri, desde 78, havia optado para vir trabalhar no Brasil. Também inspirado na luta dos frades Dominicanos, na luta contra o regime militar e pela Teologia da Libertação e pela CEBs. Chegando aqui ele optou por trabalhar na CPT porque ele tinha uma capacitação profissional de advogado. Então quando vim em março de 1983, pensei: “Não vou ficar 3 dias e voltar”. Viagem dessas tem que merecer, aí pedi pra o Henri: “Tu vai me mostrar teu trabalho”. Henri me esperou em Porto Nacional e nós viajamos durante 15 dias de Porto Nacional até o Bico do Papagaio em todas as comunidades em guerra naquele momento.

E aí essa visão foi pra mim um impacto brutal que me determinou a dizer: “Quando eu sair daqui, eu volto qualquer dia!.. Aqui é vida ou morte”. Aí comecei a partilhar essa ideia junto aos meus colegas na França, a terminar meus diplomas inclusive perito em contabilidade (eu fazia o serviço mas não tinha a capacitação formal, às vezes os patrões me jogavam fora). Aí finalmente eu voltei duas vezes, pra me certificar que era isso mesmo, conhecer outras regiões, ver o trabalho do MST, pá, pá, pá, e em janeiro, fevereiro de 1989 vim pra ficar. Eu vinha para 6 anos e depois esqueceram de mim.

2 Descoberta do trabalho escravo contemporâneo e criação da campanha de erradicação

Então, porque o Brasil, porque foi assim, tá vendo, aí, depois que eles me aceitaram aqui na CPT, inicialmente como economista, então eu fui afetado a uma equipe que estava em Sítio Novo do Tocantins, éramos 3, [...] e foi lá que eu comecei a descobrir o viver camponês



nessa região e os conflitos, a gente foi... Havia ainda conflitos, e assentamentos em fase de consolidação. Foi lá também que eu descobri o trabalho escravo. Não tanto diretamente, mas por meio da cutucação dos nossos colegas de Marabá, de Xinguara, de Rio Maria, de Conceição do Araguaia, de São Félix do Araguaia que, na época, faziam parte do mesmo regional nosso. Portanto, a gente tinha periodicamente reuniões em comum, trocando informações sobre os conflitos das nossas regiões. Eles de forma crescente traziam a informação de que “tivemos 5 trabalhadores fugindo de fazenda, batendo na porta”, “mais quinze...”, e aí a história voltava sempre do mesmo jeito. Diziam: “Mas esse pessoal não vem do Pará: vem do Tocantins, vem de São Sebastião do Tocantins, vem de Porto Nacional, vem do Piauí, vem do Maranhão. Gente, se vocês que estão nesses estados, Tocantins, ou no Maranhão, no Piauí, não fazem nada, não veem nada, não enxergam o que está passando embaixo do nariz de vocês, nós vamos continuar enxugando o mar lá no final da rota da escravidão”. Daí que nasceu a ideia, então vamos nos mobilizar em forma de campanha contra o trabalho escravo [...] Então foi assim que eu, aos poucos, passei pra um outro enfoque. Porque foi nesses anos... Esse aqui foi em 97 que iniciamos a campanha, é bom lembrar que, em 95, o governo brasileiro reconheceu o trabalho escravo e começou o grupo móvel, e começou a implementar uma política ainda tímida de combate ao trabalho escravo. Em 2003 que ela tomou mais força, com o governo Lula. Então, foi nesses anos que, por outros motivos, a CPT do Bico do Papagaio resolveu se mudar para Araguaína, se juntando com a CPT que existia em Gurupi, numa equipe só [...] Exatamente, corresponde praticamente a 1997 a criação da campanha e, nós mudamos no final de 97 pra aqui e logo começamos a campanha.

Começamos a criar eventos envolvendo a câmara municipal, os sindicatos, as associações, a Visão Mundial, a FETAET, a OAB, e a espalhar isso, e, aos poucos, eu me torno de fato coordenador desse movimento, o que, depois, a gente formaliza um pouco. As equipes filiadas a essa campanha se reúnem de vez em quando, pra elaborar material, estratégia, plano de trabalho, buscar recurso. Aos poucos a gente define um projeto e esse projeto cresce e consegue financiador. Vamos para o Fórum Social Mundial em 2003 e lá, Lula anuncia, Lula não, Nilmário Miranda, anuncia que “A primeira política pública que vai ser lançada por esse governo é a política não de combate ao trabalho escravo, mas de erradicação do trabalho escravo”.



O Plano Nacional de Erradicação do Trabalho escravo... então tudo vai se engrenando de forma crescente, multiplicadora. O Henri des Roziers está em Xinguara nessa data. O pessoal que está em Marabá é também uma fonte de inspiração, de reforço. O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH) que também começa em 97 [está também] nessa luta contra o trabalho escravo.

Trabalhamos juntos, nessa campanha que é nossa, juntos, com a ONG Repórter Brasil que começa em 99, 2000... Tenho ainda o email, o primeiro email de Leonardo Sakamoto dizendo: “Me fala desse trabalho escravo, eu quero fazer um artigo sobre isso”. Ele cria a Repórter Brasil, hoje com a dimensão que adquiriu. Então, esses três ingredientes, a CPT com essa visão abrangente de vários estados por conta das nossas implantações em vários lugares, esse CDVH que tem um *knowhow* na questão das carvoarias, o combate ao trabalho escravo lá, e a Repórter Brasil que tem uma visão de comunicação inicialmente, depois de formação qualificada, tudo isso vai crescendo e eu me encontro aos poucos como especializado nessa questão, perdendo um pouco esse vínculo que eu tinha mais no início com as comunidades, fazendo esse trabalho de acompanhamento a conflitos, à realização e consolidação do objetivo de produção, de outras coisas. Como é uma campanha nacional que se espalha depois além do Pará, Piauí, Maranhão e Mato Grosso, vai pra Goiás, pra Rondônia, pra Mato Grosso do Sul, pra Rio de Janeiro certa vez, pra Bahia, pra Minas Gerais, outra vez para Alagoas, eu vi, hoje é também para o Ceará [...].

3 *Knowhow* do trabalho escravo e prevenção

[...] Então exige se informar, produzir material, a gente produz dados, a CPT é conhecida por isso: como acompanhamos desde antes de 1970, pelo Casaldáliga, depois o pessoal da CPT do Pará que tem arquivo bastante elaborado. Aí, como tinha um pouco de *knowhow* no Excel, eu comecei a montar uma base de dados e hoje, por exemplo, você não imagina, toda semana eu ofereço de graça essa planilha que tem um sem número de abas aqui em baixo (Xavier ao pronunciar esse último trecho mostra em seu notebook a planilha a que se refere) uma por Estado, tá vendo (Xavier manuseia a planilha enquanto nos mostra em seu notebook). Depois tem os dados da Amazônia, do Brasil dos últimos dois anos, do Brasil



desde 1995, depois das listas sujas sucessivas, logo depois o perfil dos trabalhadores, tudo isso em dia, até a semana passada.

Eu uso os dados do governo, mas não somente os dados do governo, mas vai pra quem me pede. Ontem passei pra redator chefe de um jornal de Minas Gerais, que se chama, sei lá, O Tempo, alguma coisa assim, Super Notícia, parece também, uma rádio, a toda hora tem, hoje tinha um cara da Agência *Reuters*, que esteve aqui, vai levar também, e esses dados, agora é mais fácil, de se procurar, de achá-los porque a OIT tem, o MPT tem construído um instrumental, um site muito bonitinho, muito mais conveniente que uma planilha Excel, mas talvez não tenham dados tão esmiuçados. O pessoal tem outros acessos, mas continua sendo uma base. Levo isso nas reuniões da CONATRAE, e da COETRAE.

Uma coisa é saber que foi libertado uns, sei lá, 52 mil escravos, mas onde foram libertados? Em que atividade? Em que município? E de onde vinham esses trabalhadores? De que Estado? Ano por ano. Que perfil? Que idade média deles? Que grau educacional? São 50 % de analfabetos, então, potencialmente dá informações pra dimensionar ações de prevenção, políticas públicas de reinserção, de combate à vulnerabilidade. Isso foi uma base importante pra ir atrás de: que município vamos pesquisar? [...] Nós queremos também fazer esse trabalho de prevenção. A impressão dessa folhinha (aponta para um panfleto da campanha de prevenção conhecido como “sanfoninha”) um achado fantástico porque ela foi a fonte das tantas denúncias que a CPT recebeu. Uma certa época a CPT era a fornecedora de 70% das denúncias para o governo federal. Fizemos essa versão em francês porque chegou esses haitianos e depois outros [imigrantes], africanos, que migram para o Brasil, como os senegaleses, então a língua francesa ajuda um pouco talvez pra eles se situar, eu devia ter feito em crioulo, mas não sei o crioulo.

[...] Bom, na prevenção, a primeira ação é informar, esse modo de trabalhar, forçado, endividado e sem receber, é crime. É crime, não se discute. Não tem esse negócio de consciência moral, trabalhamos... Por que você deve? Tentaram te persuadir? E te convencer? Então, informar sobre os direitos básicos. É isso que essa folhinha também trazia, os direitos básicos. [...] É um tema que começou a ser debatido em novela, em jornais, de vez em quando tem reportagem sobre nova libertação. Então acabou isso que multiplicou por um tempo o mecanismo de denúncia, porque alguns trabalhadores começaram a se enxergar na televisão.



Analisar quais são as vulnerabilidades que formam o contexto no qual esse trabalhador está sem alternativas; e como a gente pode interferir, com a contribuição dele, porque ninguém vai fazer uma revolução por conta do outro. Uma ideia forte da CPT é que as mudanças, a defesa dos direitos, ela tem que ser primeiro um ato consciente do sujeito, o possessor, o oprimido. Com o trabalhador escravizado, com o aliciado, com o pião tem que ser a mesma coisa. E aí vai pra, reconectando com as outras frentes de luta da CPT, muitas vezes é a reforma agrária que é a base do problema, o não-acesso à terra: se trata de trabalhadores rurais, que, um dia, sua família foi expulsa da terra.

São pessoas que - ontem eu estava em Muricilândia, acompanhando uma pequena comitiva que queria saber dos quilombolas, o Manuel Filho nos contava novamente o processo de expulsão de terras que esse pessoal aí [sofreu]: chegaram em 52, foram os romeiros do Padre Cícero que povoaram Aragominas, Murici, Santa Fé, mas, depois, a partir de 60, 62, 65, chegaram os mineiros, goianos, os paranaenses, que expulsaram eles, “Não, essa terra é minha, tenho título do IDAGO”, e aí são todos reduzidos a nada. Uma parte foi reconquistando na forma de assentamentos, dentro das terras menos prestativas, ou das empresas que foram pra falência, mas tá longe ainda de recompor o patrimônio que eles tinham encontrado, quando chegaram. Então, a reforma agrária com certeza é um dos pilares da solução, só que é um pilar muito fragilizado por uma política pública sucateada, foi malfeita. Desanima quem entra no lote, vai abandonando... Mas outras políticas públicas têm que ser tornadas realmente acessíveis: a questão da educação, da saúde, da estrada, do escoamento da mercadoria, todas as circunstâncias que faz com que o trabalhador não consiga sobreviver da terra, não consiga sobreviver ou encontrar mínimo emprego decente nas periferias da cidade. Então é esse trabalho de prevenção que é o maior desafio, é cobrar do poder público local, estadual, federal, a atenção em inclusão em programa desse público preferencial, que está em situação de vulnerabilidade.

Aí tem umas respostas que a gente acha interessante, mas muito parciais como, por exemplo, um programa que é muito propagandeado pela OIT, pelo Sindicato dos Fiscais do Trabalho, que se chama Programa Ação Integrada, vocês já ouviram falar talvez, um programa que parte um pouco do pressuposto: o trabalhador foi escravizado porque lhe faltava qualificação profissional, esse é o ponto principal, o trabalhador desqualificado [...] Portanto vamos qualificá-lo e oferecer pra ele um emprego digno e assim ele vai sair do trabalho escravo.



É verdade que isso pode tirar João, Pedro, André, do trabalho escravo, mas todos os colegas do João que moram no mesmo bairro, na mesma comunidade rural, que não vão passar, não vão ter o privilégio de passar por esse processo, vão continuar na mesma, e a discriminação estrutural histórica (um tema que importo da Sentença Brasil Verde: quer dizer, a escravidão não acontece por maldade de alguns sujeitos, ou por acaso, ela acontece porque tem uma discriminação estrutural histórica) que, no Brasil, nunca foi resolvida, que faz com que a população afrodescendente carrega até hoje a condição da miséria, da exclusão, do não acesso a direito, a educação, está na cadeia, na violência, vítima dos homicídios. São eles, então. O problema é abordar a prevenção, aquela que inibiria o retorno ao trabalho escravo: ela tem que se preocupar com políticas públicas, e de uma forma estrutural. Não somente individual - também individual, não é pra desprezar, tem que consertar, tem que sanar, tem que sarar, tem que curar a ferida, inclusive isso a gente presta atenção muito insuficiente - mas o importante é diagnosticar naquela comunidade de onde sai tantos migrantes, sai tantos jovens, sai tantos adultos sem outra alternativa, o que é que poderia ser feito para curar essa vulnerabilidade? O que é que está faltando? Tem um déficit de políticas públicas... Isso que é a melhor prevenção.

Agora, preventivo também, se a gente usa a palavra no sentido amplo, prevenção é também a gente prevenir o culpado, o escravagista, de tal maneira que lhe tire o gosto de recomeçar, aí pagando uma indenização que seja, como a gente fala? Ah meu Deus, eu esqueci a palavra, vamos dizer uma coisa que te tira a vontade de recomeçar [dissuasiva][...] Mandar pra cadeia e confiscar a propriedade, todas as sanções que possa ser inventadas, pra tirar o gosto de recomeçar. A lista suja, como que é, o bloqueio, a proibição de poder vender, caçar o CNPJ do cara como existe uma lei agora em São Paulo, pra isso, tudo isso é importante e também age como um elemento preventivo, não é? Então, essa questão, a prevenção, leva longe, às vezes, ela pode ter um aspecto meio cosmético, ou um aspecto mais estrutural.

Tem algumas experiências lançadas no Mato Grosso, na Bahia, Maranhão, a OIT empurra nesse sentido, nós questionamos a OIT justamente a partir desse ponto de vista, de que soluções individuais, tudo bem, são interessantes, mas longe de atender à questão, e precisamos de mobilização efetiva dos Ministérios encarregados de ações sociais, de reforma agrária, de desenvolvimento social, Ministérios que estão atualmente sendo sucateados, precisaria de um reforço, uma consciência maior, um empenho maior dos CRAS, locais, esse



aqui é um dos eixos principais de nosso [novo] Programa Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (RAICE) a nível de municípios.

Aqui eu tenho analisado os registros do seguro desemprego, ano por ano, alguém que é libertado do trabalho escravo, ele tem direito a três meses de seguro desemprego, aí ao ser resgatado ele preenche uma ficha. O fiscal preenche uma ficha onde consta onde nasceu, quando, nome da mãe, nome do pai, grau educacional, casado, não casado, teoricamente, é como que é a raça reivindicada só que, isso aqui, metade não responde, não está preenchido e inutilizamos, e disso aí, fazendo análise de 35 mil nomes que tem nessa planilha eu tenho um perfil deles, quantos são naturais do Piauí, quantos moram no Piauí. Tenho aqui, tá aí nesse documento aqui. Eu posso dizer que por unidade de referência, domiciliar 18% são do Maranhão, 15% do Pará, 8,7% do Tocantins, 7,7% do Mato Grosso, 6,4% de Minas, 6 % da Bahia, 5% Mato Grosso do Sul, 4,9% de Goiás, e somente 4,4 % do Piauí, agora se tu fizer a pergunta inicialmente, vão dizer: “Não, eles vem majoritariamente do Piauí, ou do Maranhão”. Estatisticamente não é exato. Sim, eles são naturais principalmente do Maranhão 23%. Mas eles moram já no Pará, muitos deles: 5% deles não moram mais no Maranhão quando são escravizados, moram em outro lugar. Desses dados é que a gente gostaria de poder fazer uma conexão entre lugar de libertação e lugar de origem. [...]

Eu fiz um trabalho que é uma interpolação. Período de 2003 a 2017. Peguei a média anual de libertados por estado (mostra no computador). A média anual de trabalhador que deram o Maranhão como local de referência e como local de naturalidade. E como eu não tenho o mesmo total na estatística do seguro desemprego e na estatística de libertação, eu fiz um ajuste proporcional para ter o mesmo total. É a única manipulação de dados que eu fiz, que eu chamo de interpolação. Depois eu comparei o número de trabalhador que deram Maranhão como referência, menos os que foram libertados no Maranhão, se der positivo, ou seja, se tiver mais maranhense libertado no Brasil que pessoas libertadas no Maranhão, eu posso sugerir que o Maranhão exporta. Então todas as vezes que esse resultado der positivo, significa que [o estado considerado] exporta. Se eu faço isso em função da naturalidade esse cálculo dá um resultado quase igual, só que com algumas exceções que não são muito significativas, que é o caso de Santa Catarina, em que os números absolutos são mínimos. Mas, quando o número é consistente, quem exporta por esses critérios? Maranhão, Tocantins, Sergipe, Alagoas, Piauí, agora curiosamente Paraná, Pernambuco, Paraíba, Roraima e pronto, Ceará, Amapá e entra também Santa Catarina, mas com números irrisórios, como Roraima, ou



seja, todo o Nordeste está na exportação, então é interessante isso. E o Paraná com números fracos. E quem importa? Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo [...] A gente tem um perfil, tem dados e a gente tem por municípios. Quando a gente vai no CRAS de Nova Olinda, onde começou o RAICE, vai com esses dados. Eu tenho nome de quem foi libertado e falou que era de Nova Olinda. Podemos chamar essa pessoa, pode, para ver em que pé que está hoje.

Em Nova Olinda, é um programa de dois anos, piloto, experimental (o RAICE). O início é proporcionar a construção de uma rede de atenção e atendimento. Essa rede é formada por quem? Pelas instituições que existem nesse município e que aceitam entrar nesse jogo. Então é um diálogo de convencimento que a CPT fez, com muito sucesso, com a prefeitura municipal de Nova Olinda e com os serviços sociais do município, especialmente o CRAS, CREAS, convidando a pensar junto essa questão a nível de município. Aí são formados alguns protocolos de cooperação, de planejamento de ações, incluindo capacitação de pessoal para entender de que se trata o trabalho escravo, como afeta os municípios, para num segundo momento identificar em bairros, que a gente pré-selecionou por essa pesquisa, as famílias –o problema que mais afeta é o problema da migração – e, com elas, entrar em processo de diagnóstico participativo para identificar elementos sobre os quais nós temos uma ação possível e aí colocar a rede para contribuir. A lógica seria essa. Começou em junho. Somos o piloto. Conseguimos financiamento antes dos outros dois estados que queremos implementar que são o Maranhão e o Pará. O Pará esperamos a confirmação até o final desse mês para começar o trabalho, o mesmo trabalho, em Tucuruí, Novo Repartimento, Itapuranga e, no Maranhão, em Codó e região.

3 Problema estrutural e naturalização do trabalho escravo

[...] Tudo isso gravita num universo de naturalidade, de normalidade. É normal. (imita a fala de uma dona de pensão ou de um gato): “esses caras são peões, não sabe nada, ele não sabe ler, eles só bebe cachaça, aí é uma bênção eles ir trabalhar, pelo menos por esse tempo não bebe mais cachaça”. Mas tem uma naturalização né? Até mesmo do peão também. “A gente sempre trabalhou assim”. O que é que é isso? “A gente é forte, a gente é corajoso, enfrenta, se eu deve, eu pago”. Todos esses reflexos de honra, de...simples [machismo],



existem e, claro que são elaborados e reforçados pela interferência do patrão e do gato. (Simula a fala de um gato/patrão): “Tu deve, é assim que deve”. E pro patrão, todas as vezes a justificativa que ele vai dar é [a mesma] que a do magistrado que absolve em Marabá e vai dizer a mesma coisa: “esse aqui é o jeito de trabalhar na Amazônia” ou “Bota na cabeça que a gente não vai impor de trabalhar aqui como se trabalha no Rio Grande do Sul. Aqui não é a Europa”. Então, esse mecanismo que na verdade é uma incorporação secular de uma visão racista, oligárquica, de um Brasil que tem duas categorias de humanos, uma que são humanos e outra que não são, e podem ser tratados como animais e, no fundo, já dá vantagem pra eles. (imita novamente um gato/patrão): “O que eles são, olha aqui: onde é que eles mora é bem pior. Pelo menos na minha fazenda eles comem todos os dias”. Mas é terrível, essa... a primeira prevenção é fazer saber, fazer todos abrirem o olho, o trabalhador, a sociedade, a Igreja, os sindicatos. Os patrões sabem que são vigiados agora.

O Estado tem que abrir o olho, deixar de dizer “Isso é normal, isso não existe”. Isso é invisível, porque é invisível? Não: vamos tornar isso visível e aprender a acomodar nossa visão para ver. Então essa é a primeira prevenção. Aliás, essa não é suficiente porque, um trabalhador que mesmo sabendo que corre o risco de ser escravizado naquela fazenda com aquele gato, se não tem nenhuma outra alternativa de serviço, ele vai ter que pegar essa, tentando se safar, evitando o pior, pegando alguma recomendação, exigindo o nome do patrão, vê se tem carteira de trabalho, escrever o telefone, enviar pra família, ou seja, prevenções mínimas que eles nem tomam, nem tomavam antigamente, mas não é suficiente às vezes, porque ele vai cair na mesma encrenca, possivelmente, sempre vai com esse espírito: “Dessa vez vai dar certo, eu vou ser mais esperto que o gato, ele não vai me pegar”.

Inicialmente o trabalho escravo se encontrava na Amazônia, nas áreas de abertura de novas fronteiras agrícolas, desmatamento da floresta, criação de pasto, limpeza desses pastos, carvoarias: vamos dizer era uma atividade induzida pelo desmatamento e pelo pasto e pela siderurgia próxima. Num segundo momento, houve muito mais atenção do estado pra limitar o desastre ambiental de desmatamento - houve redução de desmatamento, incontestavelmente - e também o desastre das carvoarias, impondo a utilização de árvores plantadas pra fazer carvão, aí se trouxe o eucalipto.



No caso da região próxima aqui, a siderurgia sofreu um baque nos últimos 6, 8 anos porque houve uma inversão da conjuntura mundial, e esse material aqui [pega na mão algo com semblante de pedra], [...] Isso aqui é ferro gusa, é o produto mais ponderoso produzido na região, e que enche os trens da Vale. Junto como minério, é isso que vai pro exterior, se o mercado mundial comprar. É o mercado mundial que compra isso aqui, que é o produto intermediário pra produzir aço. O mercado mundial compra o minério ou esse produto intermediário, pra fazer aço lá nos Estados Unidos, no Japão, na China. Esses mercados caíram nos últimos anos, a compra desses produtos intermediários caiu perto de zero e o parque industrial de Marabá e de Açailândia está quase desativado, consequência: a produção de carvão necessária caiu. Você conhece o número de escravos encontrados em carvoaria? Caiu.

E, paralelamente, surgiram novas tecnologias pra fazer carvão. Usando matéria como eucalipto, usando fornos removíveis, transportáveis, mais automatizados, mais sei lá o que. Não são mais de tijolo refratário, mas de outra matéria, não sei o que, e se você pega esse aspecto tecnológico ou mercadológico, você vai ver que outras atividades que eram típicas do trabalho escravo também sofreram alterações. Por exemplo, se você pega os anos da cana de açúcar [...]: nesse período posterior a 2009/2010, se decide a obrigação, a proibição de queimar a cana, na região de São Paulo e Goiás parece, se mecaniza o corte da cana, ou seja, se divide por dez a quantidade de peão que precisa pra cortar. E em condições menos maléficas, porque a cana queimada era um horror. Então, isso faz com que hoje não precise mais chamar maranhense pra ir cortar a cana em São Paulo. Se maranhense vai pra São Paulo é pra trabalhar na construção civil. Não é mais pra cana, que tem suficientemente cortador de cana lá residente. É claro, não tinha. Então é uma explicação técnica que nos remete a essa variação. O controle do desmatamento é outra.

Quando começamos essas estatísticas, se derrubava 25.000 km² de floresta na Amazônia por ano, hoje se desmata entre 3 e 8 mil Km². Diferença considerável. Agora, em compensação, quem tira madeira hoje na Amazônia tem que fazer isso de forma tão escondidinha, se ele quer lucrar, que necessariamente ele tem que usar trabalho escravo pra fazê-lo, só que de maneira cirúrgica. Ele vai atrás do ipê, ele não quer fazer um corte branco, ele quer esse ipê, esse outro, esse outro, esse outro, que tem um valor fantástico. Ele precisa de uma população aguerrida que conhece o ipê, que ele vai aliciar, que é abandonada pelo poder público, não tem status, não tem equipamento, não tem motosserra [...]. “Uai, tudo isso,



eu te ofereço, meu caro, em compensação tu vai botar um chipinho lá naqueles ipês que tu conhece, depois eu vou lá e eu corto”. “Tu vai lá e tu corta”: esse aqui é também trabalho escravo, mas de forma tão sutil, invisível do satélite, que é difícil chegar lá. Quem vai denunciar isso? Ninguém vai ser tão besta de perder seu emprego denunciando. É uma bonança pra esse trabalhador receber tudo de graça assim, mediante alguma dureza: ah, é tratado como animal, mas sobrevive por ali mais um tempo, não é? Pronto.

Então, paralelamente, a gente vai descobrindo novas formas de trabalho escravo. Aonde o Ministério do Trabalho, o Procurador do Trabalho têm interesse em levar esse *know-how* da fiscalização do trabalho escravo, que é uma aprendizagem que se fez há vinte anos no Brasil, levar pra cafezal de Minas, pras oficinas de confecção do interior de São Paulo, do Brás, ou aí nos canteiros de obras - canteiro de obra será que começou só ontem a ter trabalho escravo? Sempre teve, só que ninguém olhava, considerava natural e com esse *boom* dessas grandes obras, deu mais potencial pra isso. Depois você vai ver como que se cata as batatinhas lá no Rio Grande do Sul? Como que colhe as maçãs, quem colhe a erva-mate, quem corta a erva-mate, extrai lá no Paraná? Em Santa Catarina? Ah, e vem de Minas o cara? Como que ele trabalha? Escravo, da mesma maneira. Só que até então ninguém prestava atenção. Então, isso aqui é interessante também, quando se pega as estatísticas por estado aqui, até aqui são os estados, [...] dá pra ver realmente como a expansão, não é a expansão do trabalho escravo, é a expansão do olhar fiscalizador.

A minha opinião é que se fala muita besteira na análise dos números. Como se os números fossem a foto da realidade. Eles são a foto da parte visível que conseguimos ver dessa realidade através de uma ação efetiva dos fiscais. Se um ano não tem fiscalização na cana não vai ter nenhuma libertação. Se não tem na construção não vai ter também não. Se ninguém vai na Amazônia, se ninguém tem mais crédito pra ir nas regiões reculadas do Pará, não vai ter também escravo. Então é uma besteira muitas vezes o comentário que se faz, ainda pior quando o pessoal fala usando conceito inapropriado: na semana retrasada o Ministério Público Federal, a PGR, publica uma notícia dizendo que ano passado a PGR protocolou 77 denúncias de trabalho escravo na justiça federal, denúncia de trabalho escravo, que denúncia de trabalho escravo que a PGR faz? E o Estado onde mais se protocolou foi o Estado do Tocantins: 14. Aí imediatamente jornalistas dizem “Gente, o estado do Tocantins é o primeiro lugar em trabalho escravo, de novo como que é possível?”. Não é nada. Que se trata de denúncia-crime quando o Procurador da República, depois de devidamente investigar e



considerar os autos de infração do relatório de fiscalização onde se libertou escravo, resolve denunciar criminalmente, penalmente, aquele empregador, seu gato, seu gerente, na Justiça federal. Não se trata da denúncia primária do caso de trabalho escravo, se trata da denúncia processada em vias de um julgamento penal. Então, se houve 14 no Tocantins tem que analisar talvez o que nos dois anos anteriores fizeram. Porque houve atraso, houve acúmulo, houve... uma ação penal não se origina em 15 dias depois da fiscalização, ela exige às vezes re-ouvir a vítima, uma coleta de provas que às vezes é muito complexa, que torna justamente muito difícil a questão da condenação, e elaborar essa questão. O juiz federal, ele defende que não deveria o procurador, reproduzir novas provas e que as provas que estão no relatório de fiscalização são suficientes, que a testemunha é o próprio fiscal, que o peão do trecho que foi libertado, você nunca vai conseguir botar a mão nele de novo pra vir depor. Então muitas vezes o jornalista, o radialista fala bobagem e aí você escuta as coisas mais diversas sobre quem é campeão do trabalho escravo. Um dia é a Bahia, outro dia é Minas, outro dia é, depende do critério... Por isso que eu faço esse ranking, seja pelo número de denúncia, seja pelo número de fiscalizações, seja pelo número de libertados, ou pelo número de inscritos na lista suja - que outro problema ainda que é a inscrição na lista suja, pois ocorre com atraso depois da fiscalização. Ela é publicada de seis em seis meses, então ela não dá uma fotografia do momento. Números é a coisa mais fácil de fazer falar bobagem.

4 Perspectivas do combate ao trabalho escravo

[...] Se as eleições vão afetar o combate ao trabalho escravo? Afeta no sentido, talvez, a presidencial de uma certa forma, mas talvez o Congresso que é o mais maldito na situação que a gente vive há anos, de um congresso que é dominado por bancadas horrorosas, que acumulam o ruralismo, a bala e a bíblia. A bíblia é a mais reacionária possível, isso que dá uma mistura horrorosa, que culmina num pseudomoralismo insuportável, que esconde uma **rapina pernetá**. Na verdade tem projetos bombásticos que estão no congresso, que podem botar para perder toda [a política de combate ao trabalho escravo]...: a própria reforma trabalhista e a reforma da terceirização e a reforma do teto das despesas sociais: eles são uma calamidade, porque, do ponto de vista da qualificação das condições de trabalho, consistem em dizer que, doravante, voltam a ser legais situações de trabalho que até agora



considerávamos [como] degradantes e, portanto, definidoras da situação de trabalho escravo, então, o Congresso aprovando essas novas leis, não existe mais trabalho escravo, tudo é legal. Não foi aprovada ainda, pois eles a retiraram por tão maléfica que era a proposta, a lei do trabalho rural, que dizia, “se o número de trabalhadores ultrapassar 25 e é uma região íngreme, se torna desnecessário prever equipamento sanitário, água potável e pausa para almoçar sentado.” Além das mais duras condições naturais do local, mais duras ainda têm que ser as condições impostas ao trabalhador? Um horror, um horror.

Então, claro que a perspectiva é muito ruim, mas a gente não vai baixar a guarda, justamente, usando essa [sentença] da Brasil Verde, não a sentença em si, mas ela oferece mecanismos. Por exemplo, nós devemos reportar à Corte Interamericana as condições de execução da sentença e podemos provocar a vinda da Corte Interamericana para observar os retrocessos contra os quais a sentença recomendou, para que não ocorram. Por exemplo, nós já conseguimos, nós: as entidades que se metem nisso, que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA venha fazer uma visita em lócus em novembro próximo no Brasil, uma medida que ela nunca tomou desde 1997, então é interessante e tem 20 anos [que não acontecia]. Para constatar os retrocessos, para reportar as situações de direitos humanos, direitos ambientais, direitos indígenas, um conjunto. Esse conjunto afeta o trabalhador nas condições de trabalho, na segurança de vida, na violência que ele enfrenta, não é por acaso que temos esses números assustadores de morte. Você viu? Eu comecei a ler esses dias o documento da Campanha da Fraternidade desse ano que é sobre violência, é assustador, é assustador. O Brasil está lá na frente de todos os países pela frequência. Horrroso. Nos aspectos sociais, culturais e políticos, [isso] favorece a manutenção do trabalho escravo. (lendo as perguntas). Isso aqui tem que insistir muito, sobre isso, porque esse padrão cultural, quando falei da discriminação estrutural, social e histórica, que já faz parte, mas é claríssimo que, no discurso que a gente ouve dos magistrados e dos políticos, é sempre essa questão que reaparece: uma consideração como se fosse algo cultural e natural e típica do Brasil, “Nós temos essa diversidade, esse Brasil é de duas marchas, uns que são mais homens que outros, mais cidadãos que outros”. Isso aqui, parece que meu colega, um que mora comigo, diz que começou a ler um livro de Jessé de Souza, que eu nunca li e parece ser bem interessante, e ele aborda isso parece: como a estrutura mental opressora é incorporada culturalmente, eu acho que é incorporada no opressor e também no oprimido, isso é terrível.



Agora, ontem passei esses dois dias escrevendo... prometi um artigo para uma revista francesa, por causa de Henri...Estou cansado de escrever, mas já tinha um artigo em português e mostrei para um amigo dessa revista e perguntei se esse era mais ou menos o tom, aí fiz a tradução de mim mesmo, com adaptações, só que insisti sobre a volta do negacionismo moderno porque, de uma certa maneira, nos anos que antecederam 1995, ano do reconhecimento do trabalho escravo pelo estado brasileiro, a gente estava em um contexto de negacionismo. O negacionismo é o termo que é utilizado na Europa e nos Estados Unidos para aqueles que negam os crimes nazistas contra os judeus, os campos de concentração, os crematórios. E [aqui] é o negacionismo aplicado ao trabalho escravo: negar essa realidade, a existência ou do crime ou que isso seja crime. “Olha isso aqui não é crime, é o jeito de trabalhar”. E a gente tem um retorno disso, na verdade essa lei de reforma trabalhista é um negacionismo em obra, então eu terminava um artigo sobre isso e usava uma palavra em latim “*oculos habent et non vident*”(eles tem olhos e não enxergam). Eu sempre gostei, tem um livro do José Saramago que se chama Ensaio Sobre a Cegueira, no final está escrito assim “Se podes olhar vê. Se podes ver repara.” Arranquei os cabelos para tentar traduzir isso em francês e não consigo, então resolvi deixar em português. Essa sutileza entre olhar, ver e reparar. Reparar é consertar, reparar é olhar de perto, mas é também consertar. Em francês é somente consertar. É uma parábola bonita.